

## Introdução

Formadas no Reino e nos territórios da expansão em tempos paralelos, as Misericórdias rapidamente passaram a constituir uma linguagem de estatuto e poder para os portugueses em qualquer parte das áreas de expansão oceânica portuguesa onde se encontrassem.<sup>1</sup> E mesmo fora delas, porque Buenos Aires e Manila tiveram uma Misericórdia; Ceuta e Olivença conservaram as suas, mesmo depois de integradas na Coroa espanhola.

O segredo do sucesso das Misericórdias reside numa multiplicidade de fatores, mas o mais importante será a relação solta que mantinham com o poder central, deixando às elites locais ampla margem de manobra. O seu papel nas economias de cada tempo e lugar merece também destaque: as Misericórdias não deixam de se posicionar entre as instituições pré-bancárias, quer ajudassem os senhores de engenho a fazer a safra da cana e a refinação do açúcar, os negociantes de Macau a armar navios para o comércio marítimo, ou simplesmente emprestando dinheiro a uma taxa de juro considerada admissível para os padrões morais da época.

O facto de terem como propósito principal a ajuda aos pobres (nas duas vertentes, corporal e espiritual) levava a que as Misericórdias gozassem de grande aceitação a nível local, promovendo a coesão, juntando as comunidades em torno do auxílio aos que precisavam por parte dos que tinham. Marcel Mauss integrou a caridade na economia do dom: as relações estabelecidas entre doador e recetor exigem sempre uma contradádiva.<sup>2</sup> Dessa forma, assume-se que a caridade cria relações recíprocas, ainda que o tipo de bens trocados não seja sempre da mesma natureza. No caso das Misericórdias, o doador trocava bens económicos por bens espirituais, contratando missas por alma ou promovendo o auxílio aos pobres. Outras vezes, quando era irmão, colocava o seu tempo e a sua

---

<sup>1</sup> Foi Charles Boxer (1965) o primeiro historiador a chamar a atenção da historiografia internacional para a importância das Misericórdias nos territórios administrados pelos portugueses.

<sup>2</sup> Mauss s. d., 76, 162 e 175.

*O Regresso dos Mortos*

energia ao serviço da confraria e da prática das catorze obras de Misericórdia, em troca da pertença a uma elite (e portanto reconhecimento social), ou outros benefícios que a Misericórdia lhe podia trazer. Uma relação tripartida entre o agente, as suas relações sociais e Deus.

Qual será o papel da preocupação com o próximo neste sistema? Será que doadores e irmãos da Misericórdia agiam sempre em interesse próprio? A economia, a biologia e a psicologia têm considerado este último como o padrão do comportamento humano, o que não impede que alguns autores considerem o altruísmo como uma categoria analítica importante, cuja validade tem sido injustamente menosprezada.<sup>3</sup> A caridade inscreve-se nas relações sociais, e a reciprocidade é-lhe inerente, o que não significa que não existam situações marcadas pela abnegação e pelo autossacrifício. Também estas duas últimas se inscrevem em relações de dom, pelo que voltamos a Mauss... Como se verá, no caso específico das doações *post-mortem* em benefício da salvação da alma feitas às Misericórdias há a considerar uma variedade muito grande de situações.<sup>4</sup>

Interessa a este livro o modo como as Misericórdias conectaram pessoas separadas por oceanos de distância. Onde quer que se encontrasse, qualquer português sabia que as cartas que enviava para Portugal, ou os bens que lhe queria fazer chegar depois da sua morte, tinham de passar por uma sequência de Misericórdias. Até à sua terra natal, que por vezes se encontrava a léguas de distância dos centros urbanos de maior envergadura. Um dos lugares certos para abordar os mundos conectados de que falam Sanjay Subrahmanyam ou Serge Gruzinski são sem dúvida algumas das fontes custodiadas pelas Misericórdias, nos casos em que sobreviveram.<sup>5</sup>

O universo aqui tratado inclui alguns portugueses falecidos na Ásia, no eixo atlântico e nas «Índias de Castela», ainda que em menor grau. Nalguns raros casos alguns destes homens conseguiram regressar ao Reino, tratando-se por isso de emigrantes de retorno. Analisaremos ainda indivíduos que foram marcados pelo comércio transoceânico porque estavam ligados ao trato marítimo; outros evidenciam a presença de bens provenientes de outros continentes, embora não pareçam ter alguma vez saído do Porto e da sua região. Em comum a todos eles, a influência dos

<sup>3</sup> Veja-se a análise de Monroe 1994, 861-893.

<sup>4</sup> Para uma panorâmica sobre as motivações dos doadores, Cavallo 1995, 127-152.

<sup>5</sup> Sanjay Subrahmanyam (2012) e Serge Gruzinski (2004) têm sido os principais defensores desta abordagem. Gruzinski equiparou o trabalho do historiador ao de um electricista que restabelece conexões (2004, 35).

*Introdução*

territórios da expansão, e o facto de se terem relacionado com a Misericórdia nos seus testamentos ou doações em vida.

O objectivo não é focar os propósitos assistenciais destes doadores, embora não os possamos ignorar por inteiro. A grande preocupação consistiu em compreendê-los enquanto pessoas: perceber porque doaram bens à Misericórdia do Porto quando podiam ter escolhido familiares ou outras entidades, e porque é que possuíam determinadas categorias de bens e não outras. No âmago da pesquisa, encontra-se o indivíduo singular, único, e o modo como ele se relaciona com Deus, consigo mesmo, e com os outros. Por essa razão, abordam-se religiosidades, escolhas individuais, relações familiares, e ordens de valores observáveis através da documentação.

O presente trabalho é também o resultado de uma viragem historiográfica, que privilegia o indivíduo em detrimento das massas anónimas. No seguimento da revolução historiográfica protagonizada pela História dos *Annales* a partir do período compreendido entre as duas guerras mundiais, a história anónima adquiriria um papel fundamental, aliada a uma visão estruturalista da realidade social: o objeto preferencial de atenção eram os coletivos, em que as pessoas desapareciam individualmente consideradas. Aspetos como a economia, a demografia e a estrutura social recebiam atenção particular, em detrimento da cultura ou da política.

Neste livro, a intenção foi partir do chão, analisando a realidade social de baixo para cima, mas sem deixar de agrupar massas mais substanciais de dados sempre que necessário. Um tipo de abordagem que terá sem dúvida os seus pontos fracos e vícios analíticos (tal como os tinha a História do pós II-Guerra Mundial), mas não será o momento de os detalhar aqui. A abordagem da micro-história foi considerada a mais adequada para o tema a tratar, embora de forma policêntrica. Em vez de concentrar a análise apenas num personagem, à semelhança de estudos clássicos como o de Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, ou Natalie Zemon Davis, optou-se por reconstituir as trajetórias e as vivências de um número relativamente alargado de pessoas.<sup>6</sup> Com duas diferenças: cada caso individual é reconstituído de forma mais sumária do que as vidas de Menocchio, Giovan Battista Chiesa ou Martin Guerre, uma vez que dificilmente se juntariam fontes com as mesmas tipologias e extensão das utilizadas por estes autores.

O objetivo consistiu em reunir um número significativo de casos individuais, de forma a tornar possível identificar repetições suscetíveis de

---

<sup>6</sup> Ginzburg 1987; Levi 2000; Davis 2009.

*O Regresso dos Mortos*

constituir padrões de comportamento. Procedeu-se através de uma metodologia que pretende identificar os personagens abordados num conjunto alargado de fontes. Com um risco evidente, que consiste em não ser possível afirmar que toda a documentação onde eles podem ser mencionados foi percorrida. Por mais que se procurem pessoas, mesmo na era digital em que muita documentação se encontra acessível, não é possível consultar todas as fontes documentais que lhes dizem respeito. É provável que muitos dos personagens que aqui desfilarão tenham outros dados relevantes por explorar, e a informação sobre eles será incompleta, mas nem por isso se justifica uma abordagem que os reduza a seres abstratos. Por outro lado, o facto de se centrar a análise no indivíduo singular não significa que se prescindia da quantificação, uma vez que o número constitui uma linguagem universal, permitindo fornecer dados comparáveis com outras realidades. Dessa forma, haverá pessoas neste livro, mas também tabelas e quadros, alguns deles com a mera finalidade de sintetizar e sistematizar informação, sem objetivos estatísticos.

Um dos propósitos deste trabalho foi o de ressaltar a diversidade humana, por vezes escamoteada pela ânsia de generalizar através da constituição de grandes massas documentais. Para o realizar, reconstituiu-se, com maior ou menor profundidade consoante os casos, uma série de trajetórias de indivíduos que testaram a favor da Santa Casa da Misericórdia do Porto nos séculos XVI e XVII. Os historiadores falam de «disciplina social», para frisar que cada pessoa se devia conformar com os padrões impostos pelo grupo a que pertencia, moldado pela linhagem e pelo sangue. Não obstante, como se verá, quando se parte de baixo para cima, do indivíduo para o grupo, obtemos personalidades complexas, singulares, difíceis de encaixar em estereótipos de grupo ou ordem social.

Foi feita uma seleção dos casos individuais a tratar, uma vez que não seria possível abordá-los todos com o mesmo grau de profundidade. Os critérios utilizados disseram respeito a zonas geográficas, mais do que ao interesse suscitado a nível individual. Assim, foram descartadas as fortalezas e cidades de Chaúl, e ainda Ormuz, para focar outros pontos do império português na Ásia, como Malaca e Macau.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Dois doadores testaram em Chaúl, António Fernandes, «o Soldado», e Brás de Araújo. Sobre o primeiro, AHSCMP, série H, banco 6, livro 17, fl. 41. O testamento de Brás de Araújo desapareceu mas é mencionado em AHSCMP, Série H, banco 4, livro 31, fl. 82; Série F, banco 1, livro 1, fl. 273 e 298). Já Ormuz foi residência de apenas um doador, Manuel Fernandes de Calvos, que deixou uma herança muito avultada à Misericórdia do Porto e foi objeto de um capítulo em Freitas 1995, 7-47.

*Introdução*

No eixo atlântico, optou-se também por escolher os doadores que deixaram maior diversidade de documentação, entre inventários, partilhas e causas de justiça, uma vez que esta pluralidade permite analisar as suas relações familiares.

Para tentar compreender estes indivíduos, tão afastados de nós no tempo, e cujas vidas deixaram poucos vestígios, recorreu-se à análise de um conjunto de documentos reunidos aquando da execução dos seus testamentos. Estas fontes permitem uma aproximação ao mundo material que teria rodeado os testadores em vida, se partirmos do pressuposto de que os objetos reunidos por cada pessoa fazem parte da sua autoconstrução como indivíduo, em diálogo com o grupo social a que pertence e em função das relações sociais estabelecidas. Se as hierarquias sociais lhe impõem modelos de conduta e de apresentação pessoal, deixam-lhe não obstante margem de manobra, ou seja, possibilitam escolhas, que vão desde as marcas relativas a preferências pessoais até às infrações às regras impostas a cada indivíduo pelo estatuto a que pertence.

Dois grandes temas perpassam por este livro. O primeiro é o estudo da forma como os doadores da Misericórdia do Porto foram influenciados pelas oportunidades proporcionadas pela expansão transoceânica portuguesa, e, em menor grau, pela espanhola. Como veremos, os efeitos desta possibilidade sobre as estruturas familiares foram muitos, e merecem um novo olhar. Quer ficassem em Portugal ou se aventurassem nos novos territórios, estes homens que partiam afetavam a composição das suas famílias, bem como as relações entre os seus membros. A emigração para o Oriente e para a América portuguesa parece ter potenciado o ingresso de filhas em conventos, assunto ainda por explorar e que apenas será afluído de forma superficial. O sistema de morgadio, em correlação com o aumento do valor dos dotes de casamento, seria responsável em grande parte por esse fenómeno, mas haveria que estudá-lo um pouco melhor. Em contrapartida, é possível discernir a forma como os filhos ilegítimos eram muitas vezes reconhecidos pelo pai e se inseriam no seu agregado familiar, considerando-se irmãos dos filhos de casamento deste último. Aborda-se ainda a forma como os portugueses criavam novas famílias a partir de escravas, ou outras mulheres locais, cujos filhos por vezes esbatiam as fronteiras entre estatuto livre e escravatura.

O segundo grande tema é constituído pelos consumos de bens provenientes de culturas diferentes que são revelados pelos testamentos e pelos inventários de bens de alguns destes doadores. Estes últimos encontram-se numa grande variedade de situações que se podem agrupar em dois grandes conjuntos: aqueles que viajaram em algum momento para os

*O Regresso dos Mortos*

impérios ibéricos, independentemente de terem regressado vivos ao Reino ou não, e os que revelam consumos de produtos exóticos mas aparentam não ter saído do Porto e sua região. Evitam-se deliberadamente as expressões «trocas culturais» porque não se conhece o que estes homens deram (e tiraram) às culturas com que se relacionaram. Do mesmo modo, não é este o momento também para falar de transferências culturais de forma sistemática pelas razões expostas; sabe-se pouco sobre a forma como as pessoas assimilam a diferença, e transformam as coisas em objetos seus, por vezes atribuindo-lhes significados muito diferentes dos originais e deixando-se afetar por eles de modo imprevisível. Os raros casos em que foi possível pensar sobre estas vertentes serão assinalados, ainda que o uso do conceito gere algum desconforto.

Os estudos de cultura material têm sido objeto de um interesse renovado por parte da historiografia. Na verdade, eles entroncam de forma direta com questões relacionadas com o consumo, cada vez mais na ordem do dia nas sociedades atuais, mas também com as práticas de identidade e memória. As visões das ciências sociais dividem-se: o hiperconsumo é pensado como praga das sociedades contemporâneas, enquanto outros autores o veem como âncora indispensável na vida das pessoas, na medida em que os indivíduos negociam a sua identidade através das coisas.<sup>8</sup>

Um debate muito antigo, que entronca com a realidade histórica, onde detratores e apoiantes se cruzam em simultâneo (Trentmann 2017). Nesse enquadramento, que sentido faz estudar o consumo em sociedades do passado? Que significados assumem as diversas tipologias de objetos referidas nas fontes históricas? São obviamente perguntas de difícil resposta, e que, quanto mais não seja por escassez de fontes, ou pelas limitações inerentes a estas últimas, ficarão muitas vezes por esclarecer. Em primeiro lugar, as menções ou descrições de objetos apenas sugerem imagens, não reproduzem a sua materialidade. Muitas vezes são insuficientes para que os possamos fazer corresponder a peças atualmente existentes nos museus ou identificá-los em representações visuais (escultura, pintura, tapeçaria, etc.). Mesmo que soubéssemos exatamente a que objetos correspondem as suas descrições, desconhecemos na maior parte das vezes como é que os seus possuidores os adquiriram e porquê. A abordagem da cultura visual dificilmente é possível neste contexto. Só podemos atribuir imagens às palavras por analogia, através de um exercício de procura de objetos

---

<sup>8</sup> A título de exemplo, Lipovetsky e Roux 2012; entre os segundos, Miller 2008.

*Introdução*

semelhantes. É pois, de um processo diferido, que tratamos aqui, sem podermos escapar a essa condicionante logocêntrica.<sup>9</sup>

Em contrapartida, se os objetos ou suas imagens estão ausentes das nossas fontes, o contexto social e económico dos seus possuidores é acessível através dos testamentos, dos inventários (onde estão referidos os intervenientes do processo), eventuais questões de justiça entre herdeiros, etc. Já em fontes exteriores à Misericórdia, por vezes encontram-se os indivíduos em repertórios genealógicos, para não falar de outra documentação onde possam estar referidos, como atas de vereações camarárias, registos paroquiais, escrituras notariais, etc. E ainda na historiografia, uma vez que não só existem fontes publicadas, como os trabalhos de outros autores trazem elementos novos sobre estas pessoas. Trata-se de um trabalho de pesquisa que beneficia em grande parte dos recursos disponibilizados pelas humanidades digitais, e não seria possível trinta anos atrás.

Todas estas fontes de informação, por mais diversificadas que sejam, garantem apenas um conhecimento fragmentado do passado, baseado na maior parte das vezes em meras hipóteses. Então, o que legitima semelhante indagação histórica? Em primeiro lugar, não é possível compreender o conjunto de coisas de que os indivíduos se rodeiam sem os situarmos no grupo social a que pertenceram, já que ele nos transmite a panóplia de bens que seria possível encontrar na época em determinadas categorias sociais. Ao nível individual ou familiar, torna-se necessário conhecer trajetórias e percursos de vida, sob pena de nos escapar o significado que os objetos podem ter assumido. Nestes casos de estudo, os bens materiais são indissociáveis da biografia histórica, ou melhor, da reconstituição de trajetórias de vida, uma vez que raramente se consegue material suficiente para conhecer por inteiro as vidas das pessoas, sobretudo quando estas não pertenceram às elites. Uma análise ancorada nestes dois eixos – cultura material e trajetória individual –, com a panóplia de fontes que convoca, juntamente com os conhecimentos gerais necessários sobre o contexto histórico em questão, permite situar o indivíduo no seu tempo, ao mesmo tempo que evidencia o que cada pessoa tem de próprio.

É comum encontrar-se o estudo da cultura material numa análise ancorada apenas em critérios sociais, segundo a qual a aquisição de prestígio e estatuto é um dos móveis mais comuns entre os possuidores de objetos, dada a função conspícua que estes servem. Uma tradição que podemos fazer recuar ao final do século XIX, ao sociólogo Thorstein Veblen

---

<sup>9</sup> Para uma perspetiva das abordagens da cultura visual contrapostas à tradição logocêntrica da historiografia, Menezes 2003, 11-36.

*O Regresso dos Mortos*

(1857-1929), segundo o qual o papel sumptuário dos objetos faria com que perdessem a sua função utilitária (Veblen 1965 [1898]). Outros trabalhos, no entanto, demonstram que os indivíduos adquirem objetos por outros motivos que não a exibição de estatuto, pondo em evidência outras variáveis como a libido e o género. Na primeira, que se deve a Werner Sombart (1863-1941) considera-se que a escolha de bens materiais está dependente do desejo de atrair parceiros sexuais (Sombart 1990 [1913]). Na segunda, estudam-se as marcas que o género imprime à cultura material, e a forma como os bens materiais refletem diferenciações de papéis sociais, provocando uma miríade de conflitos de consumo no interior do grupo familiar (De Grazia e Furlough 1996).

As atividades desenvolvidas, quer sejam de índole profissional e ocupacional, ou de género, exercem também a sua influência, determinando conjuntos de objetos indispensáveis ao seu exercício. Assim, espera-se de um carpinteiro que possua os instrumentos do seu ofício, da mesma forma que um sacerdote deverá ter vestuário apropriado, ou de um homem de leis a posse de livros de direito. Sem dúvida que constituem questões importantes, mas não bastam para caracterizar o universo de coisas de que as pessoas se rodeavam no passado. Embora houvesse uma panóplia de bens disponível segundo o poder económico e social, género ou libido, a verdade é que o tipo de atividades desenvolvidas, e, o que é também importante, as escolhas individuais de cada um, interferiam na sua aquisição, implicando a autoconstrução de uma individualidade. Dito de outro modo, duas pessoas com o mesmo poder económico, estatuto social semelhante, idade, género e atividade idênticas, não fazem as mesmas escolhas relativamente aos bens materiais de que se rodeiam.

Outras abordagens podem ser úteis quando se analisa a relação entre as coisas e os seus possuidores. Os objetos ligam-se a corpos, formas de vida, níveis de instrução, e aos contextos tecnológicos em que se inserem: um garfo ou um simples tinteiro testemunham modos de estar, atitudes corporais e histórias de vida conotadas com a cultura de que o indivíduo faz parte, aquilo a que Marcel Mauss chamou as técnicas corporais (Mauss 1974, 211-233). Ou seja, o uso de determinados instrumentos requer aprendizagens do corpo que moldam gestos e determinam competências específicas, e que são próprias das culturas onde se inserem.

Alfred Gell, no seu livro *Art and Agency* (1998), desenvolveu também a teoria de que os objetos *agem*, isto é, produzem efeito sobre as pessoas, que os dotam de agência própria, numa teoria que se estende não apenas à posse de bens móveis, mas também a todas as formas de arte. Esta abordagem é particularmente útil quando se consideram objetos como be-



*Introdução*

zoares, cornos de rinoceronte, cocos-das-maldivas, para não falar de objetos próprios da religião católica (cruzes, relicários, painéis etc.) que os possuidores consideravam ser capazes de os proteger em situações difíceis ou curar em caso de doença, sem que as ciências médicas tenham confirmado essas capacidades.

Outra abordagem possível dos objetos prende-se com a da memória, sobretudo quando estes são passados de geração em geração, testemunhando a continuidade da linhagem, ou quando são usados pelos seus possuidores de forma mnemónica. São geralmente coisas «especiais» e de valor, e relativamente duráveis, tais como joias ou móveis. Ainda, independentemente de desempenharem um papel na continuidade da família, os objetos detêm o poder de evocar o passado, ainda que os significados que assumem tendam a desaparecer com a morte dos seus detentores, uma vez que se referem a memórias muitas vezes pessoais e privadas (Turkle 2007). Dessa forma, os objetos detêm a sua própria biografia, ao assumirem papéis diferentes consoante aqueles que os possuem, numa descontextualização e reconfiguração constante (Appadurai 1986, 3-63). Reconstituir os sistemas de valor e usos que lhes conferem significados diferentes ao longo do tempo é uma tarefa que se impõe ao historiador, através do diálogo com fontes históricas alheias ao próprio objeto, mas que o podem situar no contexto entretanto desaparecido.

A indagação sobre os bens materiais tem a vantagem de aproximar o historiador das vivências do quotidiano e suas contingências, materializando aspetos que seriam votados a menções abstratas. Saber o como, quando e de que modo cada objeto era usado configura-se como essencial para perceber vidas muito diferentes das nossas, mas nem por isso impossíveis de indagar. Foi essa de resto a abordagem de Fernand Braudel na sua monumental obra *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle* (1979), e também, mais recente, a de Daniel Roche (1998).

Estas abordagens que acabam de se explicitar foram tidas em conta, na medida do possível, tanto quanto se podem adequar aos dados fornecidos pela documentação. A esta, uma outra se impõe como matricial neste livro: a ideia de que existe uma transformação incessante do género dos bens. Ou seja, as coisas existem pertencendo a um género determinado (bem móvel, terra, casa urbana, dinheiro) que são constantemente convertidas umas nas outras. Casas e campos eram vendidos, os bens móveis leiloados, o dinheiro empregue em padrões de juro, o rendimento usado para pagar sufrágios por alma, ou em práticas de caridade. Na economia da salvação, os bens são convertidos em dinheiro, que serve para pagar celebrações litúrgicas em prol da alma do encomendador, apelando

*O Regresso dos Mortos*

por sua vez a uma instituição que lhe serve de intermediária – neste caso, a Misericórdia do Porto. Missas, aniversários, resposos sobre a sepultura, ofícios constituem assim veículos de transformação da riqueza em bens espirituais. Falaremos assim de *conversões* múltiplas, que configuram trajetórias de bens materiais. Estas transformações de género são particularmente significativas no caso da riqueza transferida entre os territórios da expansão oceânica e Portugal. Por um lado, muitos dos produtos comercializados nas feitorias asiáticas, bem como outros bens aí adquiridos (casas, navios, bens móveis) não eram passíveis de ser transferidos para Portugal enquanto tal. Na América portuguesa, em que pontificava ora a economia de plantação ora a criação de gado, a terra assumia grande importância. Bens que não viajavam, e tinham de ser transformados em moeda, ouro, ou letras de câmbio.

Mais alto na cadeia sucessiva de transformações estava a aquisição de títulos de dívida pública – os padrões de juro – que geravam rendimentos regulares (pelo menos em teoria), que permitiam fazer face às despesas com as obrigações litúrgicas desejadas pelos doadores, ou às obras de caridade que estes tinham instituído. Apenas com o excedente desse capital a Misericórdia podia praticar as obras de Misericórdia não contempladas pelos doadores.

Uma ressalva se impõe: embora este livro conceda atenção preferencial a objetos de proveniência transoceânica, não é recomendável esquecer que os povos europeus não foram os únicos a expandir-se e a criar rotas comerciais de longa distância, com impacto nas trocas biológicas e na evangelização. Tal como a europeia, culturas como a chinesa e a otomana estavam em expansão no século XVI (Parker 2010, 86-87). Por outro lado, a animação do comércio de longa distância vinha já de tempos medievais. Mercadorias importadas chegavam a Itália pelo Mediterrâneo e através do império otomano, de onde podiam ser transportadas até ao norte da Europa (Brotton 2003, 37-40). Por toda a Europa se observa a mesma sede de coisas exóticas, embora até agora os estudos tenham privilegiado as possessões de reis e príncipes, alguns deles colecionadores.<sup>10</sup> Para Portugal, temos os trabalhos de Annemarie Jordan sobre uma das primeiras colecionadoras de *orientalia*, a rainha Catarina de Áustria, mulher de D. João III (Jordan 1994 e 2012). Mais recentemente, esta autora expandiu os seus trabalhos sobre cultura material para a Rua Nova de Lisboa, num livro coletivo com importantes contribuições para o tema.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Jardine 1998, sobretudo 379-424.

<sup>11</sup> Gschwend e Lowe 2015. Neste volume vejam-se em especial os trabalhos de Hugo Crespo (2015, 121-139) e Rui Loureiro (2015, 77-87).

*Introdução*

Devemos também frisar que o interesse de muitas zonas europeias pelos produtos asiáticos é posterior ao de Portugal. É o caso dos holandeses. Embora o livro de Timothy Brook, intitulado *O Chapéu de Vermeer*, tenha mostrado como estes produtos eram adquiridos por camadas intermédias da população holandesa, a sua difusão é posterior à que se verifica para Portugal. A primeira viagem holandesa pela rota do Cabo só teve lugar em 1595-1597.<sup>12</sup> Antes dela, como veremos, os portuenses já estavam bem familiarizados com *orientalia*. Pensa-se que chegariam à sua posse por serem incluídos nos baús de torna-viagem, fazendo parte dos produtos que oficiais régios, marinheiros e soldados eram autorizados a trazer nas cargas dos navios, repletas de «coisas miúdas», depois conservadas na sua posse ou vendidas a terceiros. Também conhecidas por «liberdades», representavam o que cada pessoa (embora em quantidades variáveis consoante a sua função e o seu estatuto a bordo) podia trazer da Ásia: eram mercadorias várias, sumptuárias ou de uso comum. Pertenciam a quatro grupos: porcelanas, panos, drogas e pedras. Enquanto a pimenta e outras especiarias, o lacre, as tintas e o anil constituíam monopólio da Coroa, desde muito cedo esta última autorizou os particulares a carregar objetos e substâncias de valor como os que encontramos entre esses doadores da Misericórdia (Matos 1994, 15-20; Gschwend 2015, 143).

Um dos propósitos deste livro é analisar o impacto destes produtos exóticos nas elites da cidade e nos seus grupos intermédios, tanto mais que o Porto estava longe de ser uma peça central no império português, pelo menos até ao comércio do açúcar brasileiro. Os navios da rota do Cabo, por exemplo, partiam obrigatoriamente de Lisboa durante todo o tempo em que esta durou. Como veremos, não há colecionadores de *exotica* entre os portuenses, nem a posse de objetos importados de além-mar se pode confinar a uma mera procura de estatuto social através da exibição de riqueza. Alguns dos objetos encontrados não tinham grande valor de mercado, e os valores seguros continuavam a ser o ouro e a prata (Sá 2017).

Cabe frisar que os escravos, presentes nas casas do Porto bem como entre os portuenses emigrados, foram analisados no interior do estatuto dúbio que protagonizam. Segundo Patrick Geary, e tal como as relíquias, os escravos pertencem a uma categoria especial, uma vez que são simul-

---

<sup>12</sup> Brook 2009. Ver também Jackson e Jaffer 2004. Trata-se de um catálogo de exposição que documenta de forma exemplar o facto de a introdução de objetos asiáticos no resto da Europa ter sido mais tardia do que em Portugal.

*O Regresso dos Mortos*

taneamente pessoas e coisas (Geary 1986, 169). Os processos ocorridos aquando da redução à escravatura foram discutidos por Igor Kopytoff, que sugeriu que esta envolve um processo de transformação dotado de uma sucessão de fases e mudanças de estatuto. Em algumas dessas mudanças, os escravos são coisas (Kopytoff 1986, 64-65). No entanto, para autores como Claude Meillassoux, a transformação do escravo numa coisa é uma ficção do direito, uma vez que o seu uso dependia da sua inteligência; assim, no plano das relações de trabalho, os escravos nunca foram meros instrumentos (1986, 9-13). No contexto das fontes usadas neste livro, os escravos constituem mercadorias apenas nos casos em que se ordena a sua venda através dos testamentos, ou se lhes atribui um valor através de um inventário *post-mortem*. Contudo, na maior parte das ocorrências, são membros de uma família alargada encabeçada pelo testador. Este facto sugere uma abordagem dual, que insira os escravos tanto na história da família, como na da cultura material.

O livro desenvolver-se-á em etapas que em seguida se explanam. O capítulo 1 consta de uma abordagem genérica às leis portuguesas de transmissão de bens por herança nos séculos XVI e XVII, passando em seguida a uma análise do papel das Misericórdias como procuradoras dos defuntos, conectando emigrantes com as suas terras de origem, sobretudo no que respeita à transferência de bens.

O capítulo 2 consiste numa aproximação ao cenário da investigação, em pincelada tão larga quanto possível: o espaço em que se moveram os nossos doadores em algum momento das suas vidas, e a que muitas vezes regressaram depois de mortos: a cidade do Porto. Embora nem todos aí tivessem nascido, muitos tinham lá família, ou relacionaram-se de algum modo com a cidade, de forma a deixarem os seus bens à Misericórdia respetiva.

O capítulo 3 pretende esboçar um retrato de grupo dos doadores da Misericórdia portuense: quem foram, qual o seu sexo, que ocupações desempenharam e qual o seu estatuto social, com o fito de descortinar a importância relativa dos doadores que testaram a partir de lugares da expansão oceânica. Nesta secção impõe-se ainda uma breve síntese sobre a evolução patrimonial da Misericórdia, focando a contribuição destes doadores para o património da confraria.

No capítulo 4, faz-se um excuro pela ligação entre os doadores e a instituição de rituais que procuravam sufragar as suas almas, uma vez que, mais do que deixar bens para acudir aos pobres, os benfeitores estavam interessados em agenciar a sua salvação eterna. Era em função

*Introdução*

desta última que deixavam recursos para toda a eternidade (ou pelo menos até que o mundo acabasse). No entanto, conforme se argumentará, os bens legados deviam completar um círculo, que contemplasse a sua conversão em dinheiro, para depois serem transformados em bens espirituais através de rituais (celebração de missas, ofícios, rituais de caridade).

A partir deste momento, focar-se-ão as trajetórias de alguns doadores selecionados em função da relevância que se lhes atribuiu. O capítulo 5 apresenta as fontes utilizadas e as questões metodológicas que estas suscitam. O capítulo 6 foca uma família inteira, a de Pantaleão Ferreira e Ana de Mesquita, cujos filhos e filhas foram afetados pelos impérios ibéricos, marcando as suas vidas de forma indelével. No capítulo 7, será a vez de conceder atenção ao maior benfeitor da Misericórdia durante o período cronológico abordado neste livro, D. Lopo de Almeida, que testou a partir de Madrid, através da análise do inventário que o próprio elaborou dos seus bens móveis.

Os capítulos seguintes agrupam os doadores transoceânicos por duas grandes áreas: o Estado da Índia e o eixo Atlântico. O capítulo 8 aborda dois doadores de Malaca distanciados no tempo: um deles abandonou a cidade quando os portugueses estavam prestes a chegar ao arquipélago nipónico, enquanto o segundo morreu poucos anos antes do primeiro ataque holandês à fortaleza. Já o capítulo 9 discorre sobre doadores envolvidos na viagem do Japão, desde os primórdios até ao momento que antecede a expulsão definitiva dos portugueses na década de 40 do século XVII. O capítulo 10 ocupa-se dos doadores que se ficaram pelo oceano Atlântico. Pela América portuguesa, e, em menor grau, Angola, onde se aborda apenas um caso. O Brasil será, como se sabe, a colónia portuguesa por excelência sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, situação que surge espelhada nos benfeitores abordados.

Finalmente, o epílogo tentará um esforço de síntese relativamente aos eixos principais da investigação – pessoas, família, coisas e patrimónios –, focando as transformações que a expansão oceânica ocasionou no mundo dos portuenses dos séculos XVI e XVII.

Cabe para finalizar justificar a cronologia adotada. À escolha presidiram critérios de gosto pessoal, mas também a ideia de que o século XVIII alteraria em muito os padrões observados. Em vez de abordar um período longo – que poderia ir do século XVI ao XX, o objetivo foi discernir comportamentos relativamente homogéneos, ainda que, como se verá ao longo do livro, haja mudanças a considerar. Não se pretendeu fazer um estudo na longa duração, mas sim recortar uma fatia de tempo que

*O Regresso dos Mortos*

permitisse perceber estruturas e dinâmicas relativas à transmissão de bens, aos efeitos dos espaços oceânicos sobre as famílias, às preocupações dos doadores, e à forma como se relacionavam com bens materiais. Cabe também frisar que, embora se abordem vários aspetos relacionados com transações comerciais e dispositivos de transferência de capital, este não é um estudo de história económica, embora se considere que a Misericórdia do Porto pode constituir um observatório privilegiado para compreender o crédito público e privado, bem como outros instrumentos financeiros destinados a operar transferências de capitais.